

ÉTICA NA POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO ESTADO DO ACRE

Autores

- **Alberto Dalacosta Filho**
- **Carlos Flávio Gomes Portela Richard**
- **Jarlen Alexandre Martins Rodrigues**
- **José Aníbal Tinoco Filho**
- **João Evangelista M Filho (Org.)**
- **Wagner Stanislau Austragésio de Araújo**

Rio Branco – Acre
Agosto de 2006

RESUMO

A sociedade exige cada vez mais uma polícia que seja eficiente e atenda aos anseios públicos. O que vemos é uma necessidade de se adequar o sistema de segurança pública à realidade social que ora impera. A polícia tem que ser uma polícia cidadã, que ouça o que deseja o seu cliente: o cidadão.

Não há mais espaço para o empirismo, precisamos profissionalizar a nossa tropa e estabelecer parâmetros a serem seguidos por todos os seus integrantes. Nesse momento de transformação, a ética é um assunto que vem à tona, despertando para a busca incansável de satisfação da sociedade em nossas ações.

Assim como as empresas o fizeram, precisamos também estabelecer padrões éticos capazes de adquirir a confiança da população em nosso mister. Porém, o que nos resta saber é: Como poderemos estabelecer padrões éticos num país em que o “jeitinho” sempre leva vantagem? A corrupção tem-se acentuado a cada dia. No entanto, difícil é acabar com a corrupção enquanto houver dois lados de uma moeda: o daquele que, para burlar a lei e omitir-se perante uma transgressão de uma norma social, recebe propina e o daquele que, para auferir vantagem em uma determinada situação, a concede. Para que tenhamos uma delimitação verdadeira, que possa ser cumprida por todos, precisamos de algo maior. Não bastam mais leis. Elas continuarão sendo transgredidas.

1 - INTRODUÇÃO

A formação de nossos Policiais Civis e Militares é realizada através de um processo didático elaborado. Muitas são as matérias que possuem assuntos totalmente novos à maioria dos alunos dos diversos cursos de formação. Muitas palestras e conteúdos ligados ao Direito, às Técnicas Policiais, aos Direitos Humanos, etc. são proporcionadas. No entanto, valores morais e éticos são esquecidos, deixados de lado ou considerados de menor importância.

Dá-se ênfase à capacitação do novo Policial, considerando as necessidades de aprendizado para o emprego correto de técnicas policiais. A verdadeira formação moral do ser humano é um processo lento e gradativo e deve iniciar no seio da família, estendendo-se à escola e à igreja. No entanto, por motivos os mais diversos possíveis, as condutas éticas e morais nem sempre são evidenciadas ou mesmo exigidas pela nossa sociedade. Porém, quando o cidadão ingressa na Polícia Civil ou Militar, vê-se frente aos problemas sociais que exigem uma solução por parte daquele agente público.

A sociedade espera que o policial o atenda e possa auxiliá-lo na resolução dos conflitos. O que observamos, não raras vezes, são denúncias de ações realizadas às margens da lei, visando até mesmo auferir vantagem por parte daquele que seria um referencial à sociedade num momento de crise.

Instruções aos policiais durante o processo de formação, bem como aos policiais já formados, fazem parte do seu dia-a-dia. Porém, precisamos determinar qual a importância de se desenvolver um espírito crítico quanto às atitudes éticas e morais que se deve possuir enquanto agente público investido do Poder de Polícia do Estado. No entanto, o que pode ser feito para que um policial tenha consciência da importância da ética em suas ações? Deve-se proporcionar aos policiais serviços de apoio baseado nos fundamentos filosóficos cristãos, bem como deve haver preocupação quanto ao desenvolvimento de padrões éticos aceitáveis por parte do efetivo de policiais do Estado do Acre enquanto agentes públicos de segurança investidos do poder de polícia.

A ÉTICA CRISTÃ

Em “Ética da Decisão – Introdução ao Estudo da Ética Cristã, George W. Forell começa dizendo que”: p.11

A questão crucial que desafia nossa época é o problema da ética:

Como devemos estabelecer o certo e o errado?

Como podemos distinguir o bem do mal? Sem dúvida este problema tem sido sempre importante. No entanto, em outras eras, a resposta parecia bem mais simples: As pessoas supunham ter a resposta. Elas tinham certeza de que as leis morais de sua sociedade eram válidas. Podiam existir indivíduos perversos que habitualmente transgrediam essas leis; mas todos estavam convencidos de que isto era culpa daqueles indivíduos, e não das leis.

As pessoas admitiam as falhas humanas em conformidade com as leis morais daquelas sociedades, porém, consideravam que isto era um reflexo da imperfeição pessoal e não da lei moral.

Na história da humanidade observa-se que há muitos anos as pessoas concordavam com a idéia de que um malfeitor deveria ser punido.

Porém, essas mesmas pessoas negavam ser malfeitoras e nunca afirmaram que os culpados não deveriam ser punidos, excluindo a possibilidade de inexistência do certo e do errado.

Povos primitivos não duvidavam da validade de suas leis, apesar de diferirem profundamente das normas éticas vigentes em nossa sociedade. Poucas vezes aquelas leis eram contestadas.

Nos dias atuais, temos dúvidas acerca do certo e do errado, do bom e do mau. Tudo isso causa confusão sobre os nossos valores morais. O mundo encontra-se mais unido do que nunca quando falamos em economia, tecnologia e ciência. No entanto, o mundo está espiritualmente dividido. Alguns séculos atrás o desenvolvimento era menor e as distâncias eram consideradas imensas, mas alguns valores básicos ditavam padrões em muitas sociedades.

Podemos dizer que a existência de Deus e os Dez Mandamentos eram a expressões fundamentais da lei para a humanidade. Hoje, em nosso ambiente de trabalho, na escola, no bairro em que vivemos e até mesmo no prédio que moramos, encontramos pessoas que vivem em ambientes completamente

diversos, chegando a encontrar pessoas que nem acreditam na existência de Deus e de sua lei.

Vivemos em um mundo em que os instintos animais estão aflorados e a lei que rege a humanidade é a “lei do mais forte”. Muitos crêem ainda que o certo é aquilo que é útil a si próprio ou ao seu grupo. Que é certo e o que é errado?

Os seres humanos sempre estabeleceram diferenças entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Podemos chamar de estágio pré-ético aquele em que nossas ações parecem não ser guiadas por nenhum tipo de premeditação ou de idéia de prudência, seguindo apenas a inclinação natural. Esse tipo de comportamento pode ser observado em bebês recém-nascidos e até mesmo em pessoas muito idosas, que encontram-se em um nível imediatista. Não há um processo intelectual consciente.

Quanto a essas pessoas não podemos dizer ter agido eticamente. Nada mais é do que uma simples reação a um estímulo, não envolvendo qualquer tipo de decisão. O segundo estágio seria o do comportamento pré-ético, isto é, aquele em que se toma pseudo-decisões, e como exemplo podemos citar quando um objeto é jogado em nossa direção e nós nos defendemos esquivando-nos daquele objeto. Às vezes, obedece ao hábito de um grupo.

A tradição é a experiência e o bom senso acumulado de nosso grupo social. Como exemplo do hábito de grupo podemos citar as afirmativas acerca do respeito à liberdade e igualdade entre os homens. Todavia, para muitas pessoas essa não é uma convicção pessoal, mas apenas a repetição daquilo que foi dito e aceito como verdadeiro.

ÉTICA PRUDENCIAL

A Ética nos leva a pensar sobre o que é certo e o que é errado. Fazemos julgamentos morais relacionados com as atividades da vida cotidiana. Nesse nível, já não agimos em obediência a conceitos existentes.

Trata-se agora de uma reflexão baseada em conceitos conscientes. O hedonista é uma pessoa que tem como conceito ético supremo o prazer. Acha que a qualidade da ação depende da quantidade de prazer que será proporcionado. O bem é aquilo que dá prazer e o mal é o que causa dor.

Claro que esse sistema é inviável. Algumas pessoas sentem prazer em ler livros e ouvir música clássica, enquanto outras acham totalmente desagradáveis estes hábitos.

No cristianismo podemos dizer que o hedonista é aquele que espera prazer aqui na terra ou na vida futura, sendo suas ações voltadas para o desejo do prazer e tentativa de evitar a dor. Para essas pessoas, o amor ao próximo é reduzido a um meio de acumular méritos que os levarão ao céu.

ÉTICA É TEORIA

É difícil distinguir ética de moral. Todos têm uma impressão geral do que seja ética. As pessoas sabem que certo e errado são associados à ética, bem como as regras e padrões de conduta. Porém, poucos podem definir suficientemente o que é ética. Normalmente são palavras utilizadas como sinônimas, até mesmo por especialistas. Ética é um exercício intelectual, processo de reflexão, análise, decisão e avaliação.

O propósito do empreendimento ético é decidir o que é certo e o que é errado de se fazer. Se considerarmos uma abordagem evangélica, a ética pode ser definida como um método de determinar o certo e o errado que surge de uma dada compreensão e interpretação da mensagem cristã. Para falarmos em ética cristã, temos que ter Cristo como o centro da nossa vida. Ele deve ser considerado não apenas como fonte de perdão e vida eterna, mas também como fonte de orientação ética e de poder de transformação.

A aplicação prática das decisões éticas da vida diária chamamos de moralidade. É

a diferença entre decidir e fazer. Uma boa moral nem sempre segue uma boa ética. A teoria nem sempre é posta em prática. Uma pessoa pode ser brilhante, habilidosa e sensível em seu raciocínio ético e, no entanto agir imoralmente. Fazer o bem não significa apenas conhecer o bem. Por outro lado, pessoas que não têm aptidão para refletir e provocar discussões éticas pode levar uma vida cristã obediente, sendo uma pessoa que possua moral. A moralidade acontece na vida e na conduta de cada um, enquanto que a ética acontece na cabeça, no pensamento.

O que é certo e errado muda de uma geração para outra. Nem sempre o que muda está errado. Pode ser considerado, em alguns casos, como uma melhor compreensão do assunto e uma interpretação mais cuidadosa das Escrituras. Em alguns casos, os padrões morais se tornam mais rígidos.

Como exemplo podemos citar o racismo. Gerações mais velhas toleravam o racismo, mesmo dentro das igrejas, sendo que poucos o consideravam errado. Nos dias de hoje esses preconceitos têm sido abolidos. Tempos e circunstâncias mudam. Os cristãos têm de estar atentos quanto à erosão de valores morais, porém não devem rejeitar e resistir a toda mudança ética.

CORRUPÇÃO

Por que é tão difícil fazermos as coisas certas? Por que é tão difícil até mesmo saber o que é certo? O problema ético e moral do ser humano não são insignificantes, pelo contrário, é extremamente sério. A influência do mal sobre nós é penetrante, profunda, e as conseqüências são desastrosas.

O mal não tem existência independente. Ninguém mais foi criado exatamente com a sua aparência, personalidade ou habilidade. Cada pessoa é única. Deus o fez de maneira diversa de outras pessoas. Deus tinha um propósito definido quando criou o homem.

A corrupção não é apenas a ausência de uma coisa boa e necessária. É a presença de uma coisa má e destrutiva. A corrupção do pecado se manifesta em revolta contra Deus e desamor às pessoas. Não somos apenas incapazes de fazer o que é certo, mas somos empurrados, constantemente manipulados para

fazer o que é errado. Os conflitos humanos são a expressão dessa tendência inata para o mal, inclinação poderosa contra Deus e as pessoas.

NORMAS ÉTICAS

Onde o cristão consegue orientação para saber o que é certo e o que é errado? O termo norma vem do latim e significa um esquadro ou régua de carpinteiro. Com um ângulo reto, utilizando esse instrumento, o profissional poderá saber se um corte é quadrado ou não.

Em ética, as normas são os instrumentos capazes de indicar e medir a correção moral. Existem muitas regras práticas e concretas, como por exemplo: não se embriague. Essa é uma regra moral.

Deus não nos deixou um rígido conjunto de regras como se fosse um ditador. Na verdade, essas normas mais se parecem com o conselho de um pai. Através destas normas poderemos saber que tipo de pessoas Ele deseja que sejamos. Deus nos conhece melhor do que nós mesmos. Ele sabe que alguns tipos de comportamentos são destrutivos e outros trazem benefícios, não somente a nós, mas a toda comunidade. Em algumas ocasiões essas normas não parecem ser boas ou úteis, parecendo a sua aceitação como prejudicial e injusta.

Porém, a longo prazo, poderemos observar o seu valor. Até mesmo seres humanos corruptos conseguem observar uma pequena distinção entre o certo e o errado. Na Bíblia Deus revela claramente o que os seres humanos devem e não devem fazer; faz a definição entre o bem e o mal e ordena o bom comportamento e condena o que é mau. Enquanto tentamos seguir os ensinamentos de Deus, somos muitas vezes confundidos e mal direcionados pelas forças do mal à nossa volta e em nós. Por vezes somos convencidos que o mal é o bem e o bem é o mal. Ignoramos, por vezes, as orientações e observamos uma confusão ética e caímos em condutas imorais.

O mundo em que vivemos muda constante e drasticamente. Decisões morais novas e difíceis são apresentadas a cada dia. Em nossa vida nos deparamos com uma larga variedade de opiniões éticas e práticas morais, muitas contraditórias.

Os “Dez mandamentos” contêm normas morais e diretrizes éticas para o ser humano. Os dez mandamentos e outras normas éticas estão descrevendo diferentes maneiras de agir em amor. O amor manifesta-se a si próprio de diferentes formas; em várias normas bíblicas, Deus descreve e prescreve o que o amor fará.

A sociedade humana é cheia de injustiças. O forte explora e ameaça o fraco, de forma sutil ou abertamente. Os interesses de poucos conflitam com os direitos e necessidades de muitos. A pessoa que segue os ensinamentos de Deus está em constante comprometimento com a causa dos desfavorecidos. Ela tem um respeito especial pelas vítimas da injustiça, estando consciente de sua vulnerabilidade, sensível a suas indignidades e irritada com seus opressores.

A ÉTICA PROFISSIONAL

A ética se faz necessária na relação de duas pessoas, na estrutura familiar, no relacionamento dentro de uma comunidade religiosa, esportiva, cultural, empresarial, militar e qualquer outra. Até comunidades criminosas só sobrevivem por longo tempo quando conseguem fazê-la prevalecer.

Não há sociedade que progrida com firmeza por muito tempo, que se mantenha politicamente consistente, que ofereça bem estar social a seus membros, nem profissão que se imponha pelo produto do seu trabalho, que angarie respeito de todos, que se faça reconhecer por seus próprios méritos sem que esteja a ética como esteio de sua estrutura, para suportar as tempestades, de alicerce para o crescimento e de raízes e seiva para garantir a sobrevivência dessa sociedade. Sem ética, a sociedade não se estrutura de forma permanente.

Mesmo considerando que a ética está presente na vida e no dia a dia de todas as pessoas na sociedade e que a maioria delas convive com a ética ou a falta dela em todos os relacionamentos com seus semelhantes, esse se constitui um assunto um tanto complicado, pois a maioria das pessoas sabe o que é, porém não saberia explicar.

Os conceitos fundamentais; seu objeto e objetivo; seu campo de atuação; suas principais fontes; bem como a noção do que seja o comportamento ético serão abordados a seguir.

Apesar da ética estar andando tão em baixa no mundo de hoje em todos os campos da atividade humana, não só no nosso país, mas em todo o mundo, o seu estudo, bem como a observação e a prática de forma geral e de sua aplicação em particular, precisa receber maior atenção na educação e formação de todo profissional.

Ética significa "ciência dos costumes". Tenha-se presente sempre que ao tratar da atividade prática, o objeto peculiar da ética, Aristóteles distingue nitidamente pontos de vista inteiramente diversos; um propriamente dialético, filiado ao conceito aristotélico da DIANÓIA (lei do que em nós é propriamente humano); outro, metafísico, filiado ao conceito do NOUS (a vida do divino em nós, a inteligência pura).

De forma simplificada, pode-se definir o termo ética como sendo um ramo da filosofia que lida com o que é moralmente bom ou mau, certo ou errado. Pode-se dizer, também que "ética" e "filosofia da moral" são sinônimos. O que parece ser uma definição simples e de fácil aplicação é, na realidade, um conceito complexo, pois engloba juízos de valor, não tão fáceis de serem aplicados.

O uso popular do termo ética tem diferentes significados. Um deles, sempre mencionado, é que ética diz respeito aos princípios de conduta que norteiam um indivíduo ou grupo de indivíduos. Assim, ética pessoal é normalmente aplicada em referência aos princípios de conduta das pessoas em geral.

A ética científica constata o relativismo cultural e o adota como pressuposto. Ela qualifica o bem ou o mal, a virtude e o vício, a partir de seus fundamentos sociais e históricos.

Aborda as normas que as coletividades consideram válidas, sem prejudicá-las ou sequer julgá-las. Constitui um discurso demonstrativo de base empírica, que investiga e explica a razão de ser da pluralidade, da dinâmica e da coexistência contraditória das morais históricas. Dá conta das moralidades singulares que as coletividades praticam de seus "códigos de honra".

O problema central para a ética tem sido o duplo trabalho de analisar o significado e a natureza do elemento normativo do comportamento humano, do pensamento e da linguagem; e avaliar o significado e a natureza do comportamento humano, apresentando os critérios para justificação das regras e dos julgamentos do que é moralmente correto ou errado, bom ou mau.

Os princípios morais são padrões gerais de comportamento que são usados para avaliar a adequação das políticas das instituições sociais e do comportamento individual.

Os padrões morais diferem dos outros em cinco aspectos básicos:

1. Os padrões morais lidam com assuntos que trazem sérias conseqüências para o bem estar da coletividade.
2. Os padrões morais não podem ser estabelecidos ou mudados por decisão de autoridades.
3. Os padrões morais superam os interesses pessoais.
4. Os padrões morais são baseados em considerações imparciais.
5. Os padrões morais estão associados com emoções especiais e um vocabulário especial.

O que se observa, então, é que a referência ao termo ética não compreende apenas o comportamento aceito, habitual e repetido, mas, também, aquele que se julga ser o mais adequado.

O HOMEM EM SOCIEDADE

Desde o seu nascimento e ao longo de toda a existência, o homem vive em sociedade. Sem dúvida, viver em sociedade é inerente à condição humana, atributo das várias sociedades que visam assegurar a sobrevivência e, portanto, a continuidade da própria espécie.

Muitas e de diversas naturezas são os relacionamentos estabelecidos no cotidiano pelo ser humano. Partindo-se do relacionamento primário que ocorre envolvendo pais e filhos, é possível atingir inúmeros outros que podem ocorrer na escola, no trabalho, na religião, saúde, lazer etc. Cada um desses relacionamentos tem uma razão particular para existir e, naturalmente, busca objetivos específicos.

A quantidade de relacionamentos existentes entre os membros de determinada sociedade, da mesma forma que entre várias outras, torna complexa a vida em comum. Em princípio, essa complexidade reside no fato de uma mesma pessoa fazer parte de várias sociedades, que podem buscar atingir objetivos distintos.

Diariamente, as pessoas deparam com cenas nas quais a falta de ética pode ser facilmente visualizada. Implica dizer que, diante de determinadas situações, as pessoas apresentam um comportamento que contraria as normas estabelecidas pela sociedade. Tais cenas podem ser vistas em qualquer ambiente, como ruas, escolas, repartições públicas, clubes sociais etc.

PORQUE A ÉTICA É NECESSÁRIA E IMPORTANTE?

A ética tem sido o principal regulador do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Sem ética, ou seja, sem a referência a princípios humanitários fundamentais comuns a todos os povos, nações, religiões, etc., a humanidade já teria se despedaçado até a autodestruição. Também é verdade que a ética não garante o processo moral da humanidade.

O fato de que os seres humanos são capazes de concordar minimamente entre si sobre princípios como justiça, igualdade de direitos, dignidade da pessoa humana, etc., cria chances para que esses princípios possam vir a ser postos em prática, mas não garante o seu cumprimento. As nações do mundo já entraram em acordo em torno de muitos desses princípios. A “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, pela ONU (1948), é uma demonstração de o quanto a ética é necessária e importante. Mas a ética não basta como teoria, nem como princípios gerais acordados pelas nações, povos, religiões, etc. Nem basta que as Constituições dos países reproduzam esses princípios (como a Constituição Brasileira, em 1988). É preciso que cada cidadão incorpore esses princípios como uma atitude prática diante da vida cotidiana, de modo a pautar por eles seu comportamento. Isso traz uma seqüência inevitável: freqüentemente o exercício pleno da cidadania (ética) entra em colisão frontal com a moral vigente. Até porque a moral vigente, sob pressão dos interesses econômicos e de mercado, está sujeita as freqüentes e graves degenerações.

Tem-se, portanto, como referencial da moralidade administrativa a finalidade pública, de modo que, se políticos e servidores públicos empregarem o poder estatal para fins estranhos àqueles atribuídos pela lei pública, suas condutas serão moralmente censuráveis, tendo em vista que o administrador público tem o dever de realizar o bem comum, objeto primordial da Administração Pública.

O exercício do cargo ou função pública implica na fruição de poder administrativo do qual resulta para o agente público a autoridade necessária para implementar as medidas necessárias à satisfação do interesse comum do povo.

A autoridade pública, por conseguinte, não constitui privilégio de cunho pessoal, mas sim prerrogativa inerente à função afeta a determinado órgão público que, por intermédio de seus agentes, não pode exercê-la de maneira arbitrária ou desmedida, mas sim conforme a lei.

Se o exercício do poder pressupõe que o agente público o faça em benefício da coletividade - que sofre os reflexos do exercício da autoridade -, há que se reconhecer que a utilização desproporcional do poder, o emprego arbitrário da força, da violência contra o administrado, constituem formas abusivas do uso do poder estatal, não toleradas pelo Direito e nulificadoras dos atos que as encerram. Uma das formas mais claras do abuso de poder fica caracterizada quando o poder público, no exercício da regra de competência fixada por lei, objetiva a tutela de interesse diverso daquele fixado pela vontade do corpo representativo dos cidadãos, caracterizando-se, desse modo, o denominado desvio de poder.

O poder de agir outorgado ao agente público sempre pressupõe que este o faça com o intuito de preservar o interesse público e não com a intenção de favorecer interesses privados e estranhos à Administração Pública.

O interesse público constitui o ponto central de toda e qualquer atividade promovida pela administração, sendo certo que até mesmo a busca de objetivo lícito pode vir a caracterizar desvio de poder, na medida em que a atuação do agente público esteja pautada pela serviência a interesses particulares de qualquer natureza.

A polícia tem ganhado destaque na mídia, abrindo um leque de discussões acerca da conduta de seus integrantes, seus procedimentos em ação e que tipo de

controle pode ou deve existir para inibir o acontecimento de fatos, não raros, revestidos de violência, arbítrio e, mesmo, corrupção.

Há uma preocupação nos mais diversos setores sociais quanto ao destino que irão tomar as instituições policiais brasileiras, no que tange a sua estruturação, atuação e subordinação, sendo múltiplos os estudos efetuados – tanto de ordem política, quanto acadêmica – visando demonstrar a extemporaneidade, ineficácia e ineficiência do modelo atualmente adotado pelas instituições policiais.

Com a consciência da necessidade e urgência de mudanças das polícias, parece que a principal delas reside em um aspecto menos estrutural ou formal. O ponto chave reside nas crenças que guiam as organizações e as ações de seus membros, nos princípios que orientam, mobilizam e estabelecem um balizamento e uma subordinação moral a todo o conjunto.

Deduz-se, portanto, que o processo de transformação nas organizações policiais, passa por três fases distintas, concomitantes e interdependentes entre si, a saber, o estabelecimento, a difusão e a incorporação de uma ética profissional voltada para a construção de uma instituição que visa o bem comum e o atendimento dos interesses do conjunto social.

Quando se aborda o estabelecimento dessa ética, não está se tratando da elaboração ou assunção de novos valores institucionais. Esses valores já existem em si mesmos e são próprios da organização, considerando que em seu surgimento histórico, no âmbito da sociedade, ela tem uma finalidade e, conseqüentemente, essa finalidade, através do tempo vai definindo outros objetivos e princípios que deverão nortear a conduta dos indivíduos.

O que se quer, na verdade, é cimentar na estrutura institucional esse conjunto de valores genuínos, de tal forma que outros valores culturais transitórios e nocivos à prática dos homens, não venham a ficar arraigados em suas ações.

A polícia surgiu sob a égide do componente social segurança, com o mister primeiro de preservar a ordem possibilitando que os direitos dos indivíduos ou grupos fossem respeitados e preservados. Sua subordinação ao princípio legal, que é a norma regente do convívio social e reguladora das relações e dos interesses, traz a reboque uma série de valores próprios que deverão estar

implícitos na estrutura da instituição policial, como a preservação e o respeito à vida, à liberdade, à igualdade entre os homens, à paz, aos direitos e garantias individuais, entre outros.

O emprego da técnica na administração dos conflitos sociais com os quais se depara e a busca permanente pela excelência do serviço, são conseqüências naturais de sua origem social e de sua subordinação às leis.

Entretanto, ao analisarmos a história mais recente do Brasil – os últimos cem anos – poderemos perceber que houve períodos em que os valores externos ao arcabouço ético que deveria nortear as instituições policiais, influenciaram em suas ações desviando-lhes de seus princípios originais, como, por exemplo, após o golpe militar de 1964.

A violência e o arbítrio decorrentes do claro desvio de função a que foram submetidas às forças policiais brasileiras, além de uma subordinação operacional à uma estrutura com fins e valores diversos, perduram até hoje com suas nefastas conseqüências.

A difusão da verdadeira ética policial seria um antídoto para tais práticas, saneando nossas polícias de uma cultura desvinculada de nossos propósitos mais legítimos. Consiste em um processo de massificação de valores, por intermédio dos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização profissional, bem como, da prática diária daqueles que detêm o poder decisório nos diferentes níveis hierárquicos, além da divulgação insistente de atos e fatos que exaltem tais valores.

Ressalte-se os processos educativos como vias importantes na mudança ético comportamental dos policiais, não se restringindo às práticas desenvolvidas nas Academias e Centros de Formação, mas abrangendo as preleções diárias com os policiais de igual e menor hierarquia.

A incorporação fala de uma assimilação individual dos princípios e objetivos que regem a instituição, produzindo uma nova conduta, um novo padrão pessoal de ação que favoreça a transformação do conjunto, influenciando outros, impulsionando-lhes à transformação de toda a estrutura. Esse processo requer uma atitude de abertura, uma postura de modernidade, ou seja, disposição para

mudar, para absorver novos valores e reavivar outros embotados por práticas culturais ultrapassadas e rançosas.

Uma nova polícia poderia dizer, é um anseio social do Brasil contemporâneo. Contudo, insiste-se que, mais que uma nova construção legal, a polícia brasileira deve ser alicerçada nos patamares da ética.

Certamente haverá um novo paradigma policial, onde não somente a lei será o guia das ações, porém, o desejo de servir e de dividir com o cidadão a responsabilidade relativa à segurança da sociedade. O policial não será apenas um guardião, mas principalmente, um homem revestido de cidadania, investido de autoridade e respeitado por seus semelhantes.

O que temos visto não somente na Polícia Civil e Militar do Estado do Acre, mas em diversos lugares do mundo, são cenas revoltantes protagonizadas por Policiais contra cidadãos indefesos. No entanto, verifica-se que já há uma preocupação por parte dos dirigentes dessas Instituições quanto aos princípios morais que devem ou deviam nortear seus subordinados.

A polícia surgiu sob a égide do componente social segurança, com o mister de preservar a ordem possibilitando que os direitos dos indivíduos ou grupos fossem respeitados e preservados.

Sua subordinação ao princípio legal, que é a norma regente do convívio social e reguladora das relações e dos interesses, traz a reboque uma série de valores próprios que deverão estar implícitos na estrutura da instituição policial, como a preservação e o respeito à vida, à liberdade, à igualdade entre os homens, à paz, aos direitos e garantias individuais, entre outros.

O emprego da técnica na administração dos conflitos sociais com os quais se depara e a busca permanente pela excelência do serviço, são conseqüências naturais de sua origem social e de sua subordinação às leis.

Ressaltem-se os processos educativos como vias importantes na mudança ético comportamental dos policiais, não se restringindo às práticas desenvolvidas nas Academias e Centros de Formação, mas abrangendo as preleções diárias com os cooperadores de igual e menor hierarquia.

Uma nova polícia é um anseio social do Brasil contemporâneo. Contudo, insiste-se que, mais que uma nova construção legal, a polícia brasileira deve ser alicerçada nos patamares da ética. Certamente haverá um novo paradigma policial, onde não somente a lei será o guia das ações, porém o desejo de servir e de dividir com o cidadão a responsabilidade relativa à segurança da sociedade. O policial não será apenas um guardião, mas principalmente, um homem revestido de cidadania, investido de autoridade e respeitado por seus semelhantes.

Os padrões morais lidam com assuntos que trazem sérias conseqüências para o bem estar da coletividade, não podem ser estabelecidos ou mudados por decisão de autoridades, superam os interesses pessoais e são baseados em considerações imparciais. Os padrões morais estão associados com emoções especiais e um vocabulário especial.

A pergunta chave sobre ética pode ser definida como: "É possível para a Polícia Civil e Militar definir e manter padrões éticos num país como o Brasil, em que ainda predomina a lei de tirar vantagem em tudo, e em que os próprios ocupantes de cargos públicos são os primeiros a violar as regras morais?"

Alguns questionamentos devem ser feitos a todo o momento: Estou sendo responsável para com os outros?; Haverá algum dano ao meu superior, subordinado, semelhante ou cliente?; A comunidade será beneficiada?; Quais as conseqüências para o pessoal, a longo prazo? Se os líderes policiais não emergirem da rotina, da busca incessante de atendimento de interesses próprios, da vantagem pessoal pura e simples, e da falta de solidariedade social, a polícia submergirá no mar de suas contradições morais.

Atualmente, se a mídia, rápida e global pode ser utilizada para enganar o cidadão inculto, pode, também, ser o veículo que irá decretar o fim de uma instituição, por práticas antiéticas, mesmo que levadas a cabo num longínquo lugar do planeta. Uma instituição com consciência democrática, que entende sua responsabilidade social, tem transparência e abertura no diálogo com a sociedade.

Uma instituição consciente que age com responsabilidade, considera-se perfeitamente ética e por isso pode ser transparente e aberta.

A ética e as mudanças nas instituições policiais é tema de relevância na atualidade. A Segurança Pública e, em especial as forças policiais, têm destaque assegurado na mídia, abrindo um leque de discussões acerca da conduta de seus integrantes, seus procedimentos em ação e que tipo de controle pode ou deve existir para inibir o acontecimento de fatos revestidos de violência, arbítrio e, mesmo, corrupção.

Todavia, mesmo com a consciência da necessidade e urgência de mudanças, a principal delas reside em um aspecto menos estrutural ou formal. O ponto chave reside nas crenças que guiam as organizações e as ações de seus membros, nos princípios que orientam, mobilizam e estabelecem um balizamento e uma subordinação moral a todo o conjunto.

CONCLUSÕES

Finalmente, após análise completa do assunto abordado, concluímos que a Ética, enquanto ciência, acompanha as tendências da sociedade, pois esta se encontra em constante mudança e transformação, levando-se em consideração que os hábitos, costumes e valores de toda e qualquer sociedade se encontram ligados aos contextos históricos e que a cada página que se muda na história, a cada fato marcante, a sociedade passa por transformações, que às vezes são radicais, que praticamente obrigam que os valores éticos sejam repensados.

Poderíamos citar como exemplo, a queda do muro de Berlim, que provocou uma mudança repentina do regime de governo e que implica também em mudança dos valores de toda uma sociedade, ou até mesmo de um conjunto de sociedades, haja visto que, aquele muro colocado no meio de uma cidade representava a divisa entre dois mundos, do mundo capitalista e o mundo comunista, sendo assim um local de constantes tensões pela situação de risco de confronto entre as grandes potências do capitalismo e do comunismo.

Se cada um dos indivíduos de uma sociedade fizesse a sua parte, no sentido de preservar os valores éticos vigentes, se cada um desse um pouco de si, no sentido de perseguir um pouco menos seus próprios objetivos e valorizar um pouco mais os objetivos da sociedade, o convívio social seria bem mais agradável.

Porém, almejar uma sociedade perfeita e uma teoria que conseguisse ordenar todos os atos do homem, no sentido que todos tivessem bases morais e éticas, pode ser considerado, absolutamente como uma utopia, pois o que nós vivemos é a realidade dura, crua e nua e que nem sempre combina aquilo que sonhamos.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Elementos de Direito Administrativo, 3. ed, São Paulo:Malheiros, 1995.
- BERKHOF, L. Teologia sistemática. Campinas: Luz Para o Caminho Publicações, 1990.
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia, 4. ed. S. Paulo: Brasiliense, 1993.
- CABRERA, Júlio – Projeto de Ética Negativa – Edições Mandacarú. São Paulo: Editora Graphbox, 1990.
- CAETANO, Marcelo. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo. São Paulo: Forense, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Estado, mercado, democracia: existe uma perspectiva latino americana?.Estado, Mercado e Democracia. S. Paulo: Paz e Terra, 1993. Disponível em HYPERLINK: www.jus.com.br/doutrina/neoliberal.html. Acesso em 15 Jul 06.
- COELHO FILHO, Isaltino Gomes. A Ética dos Profetas para Hoje. São Paulo: Exodus, 1997.
- CRABTREE, Asa Routh. Teologia do Velho Testamento. 4. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1986.
- DAVIS, John D. Dicionário da Bíblia. Trad. J. R. Carvalho Braga. 13ª ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1987.
- ERICKSON, Millard J. Introdução à teologia sistemática. Trad. L. Yamakami: São Paulo : Ed. Vida Nova, 1991.
- FILHO, Isaltino Gomes Coelho. A Ética dos Profetas para Hoje. São Paulo: Êxodus. 1998.
- FORELL, George W. Ética da Decisão - Introdução ao Estudo da Ética Cristã. 3. Ed. São Leopoldo: Sinodal. 1983.